



Psicologia em Estudo

ISSN: 1413-7372

revpsi@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Moeller Schettini, Suzana Sofia; Lopes de Almeida Amazonas, Maria Cristina; de Souza Brito Dias,
Cristina Maria

Famílias adotivas: identidade e diferença

Psicologia em Estudo, vol. 11, núm. 2, enero-abril, 2006, pp. 285-293

Universidade Estadual de Maringá

Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287122091007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

FAMÍLIAS ADOTIVAS: IDENTIDADE E DIFERENÇA

Suzana Sofia Moeller Schettini*
Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas#
Cristina Maria de Souza Brito Dias†

RESUMO. O presente artigo trata das especificidades da paternidade adotiva ao apontar diferenças marcantes na constituição da identidade dos pais adotivos e demarcar elementos importantes para um trabalho preventivo. Na adoção, a criança chega à família de forma diferente da usual, com uma história pré-adotiva e dois casais parentais. Quando a parentalidade adotiva é estabelecida a partir da impossibilidade de gerar o filho biológico, lutos e perdas entram em cena e precisam ser elaborados. Fatores conscientes (a esterilidade, as cobranças da sociedade, a história pré-adotiva da criança, os pais biológicos, os preconceitos) e fatores inconscientes (medos, desejos, fantasias, as demandas de cada cônjuge) precisam ser considerados e trabalhados. É indispensável que os candidatos a pais compreendam a própria dinâmica psicológica para que tenham condições de estabelecer os parâmetros de uma relação saudável com os futuros filhos.

Palavras-chave: adoção, identidade, diferença.

ADOPTIVE FAMILIES: IDENTITY AND DIFFERENCE

ABSTRACT. The present paper discusses the specificities of the adoptive parenthood, while pointing out remarkable differences on the constitution of adoptive parents' identity, and when defining important elements for a preventive assistance. In the adoption process, the child is placed into a new family in a way, which is very different from a natural birth, that is, with a pre-adoptive life story and two couples of parents. When the adoptive parenthood is established, from the impossibility of generating a biological child, mourning and losses are brought to the scenery and, thus, need to be elaborated. Conscious factors (the sterility, the demands from society, the pre-adoptive life story, the biological parents, the prejudices) and unconscious factors (fears, desires, fantasies, each consort's demands) need to be considered and worked out. It is essential that candidates to parents can understand their own psychological dynamics, in order to be in condition of establishing the parameters for achieving a healthful relationship with their new child in the future.

Key words: Adoption, identity, difference.

FAMILIAS ADOPTIVAS: IDENTIDAD Y DIFERENCIA

RESUMEN. Este artículo trata de las especificidades de la paternidad adoptiva al señalar diferencias marcantes en la constitución de la identidad de los padres adoptivos y demarcar elementos importantes para un trabajo preventivo. En la adopción, el niño llega a la familia de forma diferente de la usual, con una historia preadoptiva y dos parejas parentales. Cuando la parentalidad adoptiva es establecida a partir de la imposibilidad de generar el hijo biológico, lutos y pérdidas entran en escena y necesitan ser elaborados. Factores conscientes (la esterilidad, las cobranzas de la sociedad, la historia preadoptiva del niño, los padres biológicos, el prejuicio) y factores inconscientes (miedos, deseos, fantasías, las demandas de cada cónyuge) necesitan ser considerados y trabajados. Es indispensable que los candidatos a padres comprendan la propia dinámica psicológica para que tengan condiciones de establecer los parámetros de una relación saludable con los futuros hijos.

Palabras-clave: adopción, identidad, diferencia.

* Psicóloga e terapeuta, mestranda em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Pernambuco.

Doutora. Professora e pesquisadora da Universidade Católica de Pernambuco.

† Doutora. Professora e pesquisadora da Universidade Católica de Pernambuco.

A sociedade contemporânea tem ampliado gradativamente, e de forma muito abrangente, o debate a respeito das questões que tratam da filiação adotiva. Estudos e pesquisas nas universidades, congressos e eventos específicos, bibliografia recente, a mídia, as associações e grupos de apoio à adoção têm contribuído sistematicamente para a “normalização da família adotiva”, consolidando a emergência de uma nova cultura de adoção.

Se outrora, “a partir das crenças populares, a adoção era considerada um desvio da norma¹ universal a qual seria a filiação genética e consanguínea” (Ladvocat, 2002, p. 31), nos dias atuais, ela é reconhecida como outra possibilidade, a de fundar uma família que, se não conta com os vínculos consanguíneos, está legitimamente fundamentada nos laços afetivos. A esse respeito, Silva (2000), diz:

Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas; significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa (p.83).

A identidade do filho adotivo sempre teve como referência o filho biológico (a norma), em relação ao qual sempre foi avaliada como problemática. Uma das razões de se pensar dessa forma está relacionada com o fato de que a herança genética desta criança é diferente da dos pais que a adotam. Esse pensamento carrega o pressuposto de que o bom gen é sempre o nosso; quanto ao do outro, todas as suspeitas são justas e cabíveis.

Em geral, as representações de família presentes no imaginário social fundamentam-se nos laços consanguíneos. A maioria das pessoas atribui a eles um grande poder, considerando-os indissolúveis, por serem os “verdadeiros laços naturais”. A mãe biológica é definida como “a verdadeira mãe” ou “a mãe de

sangue”. É comum os pais adotivos alimentarem a fantasia de que seus filhos adotados, movidos pelo desejo de conhecer os pais biológicos e impulsionados pela força dos laços de sangue, os abandonem e partam em busca desses pais. O temor de que o poder dos laços sanguíneos vá determinar a preferência pelos pais biológicos está muito presente nessas situações.

Desse modo, na adoção, há uma tendência cultural a fazê-la constituir-se como se fosse natural, no sentido biológico.

A criança adotada é trazida como no parto, elas são “gestadas”, elas “nascem”. São usadas várias expressões como metáforas de uma filiação biológica. E a finalidade da adoção é efetuar uma substituição completa da família biológica pela adotiva. Tudo isto se elabora, em princípio, sobre uma negação de que a parentalidade e a filiação adotivas são diferentes, ou, pelo menos, se apresentam de maneira diferente (Braga, 2006, p. 48).

A dificuldade com o diferente conduz a uma tentativa de trazer aquilo que é diferente para o campo da “normalidade”, uma vez que a prática social leva a crer que há uma única possibilidade de construir a diferença, e ela está necessariamente relacionada à exclusão.

Woodward (2000) afirma que “a diferença pode ser construída negativamente por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como “outros” ou “forasteiros”(p.50). A adoção sobreviveu, por um longo período de tempo, num contexto marginal, e o filho adotivo era visto como um verdadeiro “forasteiro” da cultura. Este cenário tem se alterado favoravelmente nos últimos anos. As famílias adotivas, aos poucos, vêm adquirindo visibilidade, saindo da clandestinidade a que haviam sido relegadas, sufocadas que estavam pelo estigma dos mitos e preconceitos arraigados no imaginário popular. Os esforços conjuntos da sociedade em geral e os muitos exemplos de adoções bem-sucedidas de que se tem notícia ultimamente têm contribuído neste sentido.

Hoje, em virtude da grande metamorfose que está ocorrendo nas configurações familiares, as possibilidades de adoção apresentam-se sob múltiplas formas e em diferentes contextos. Embora a maior demanda ainda seja oriunda de casais jovens com problemas de infertilidade, também casais com filhos biológicos, casais na meia idade, casais homossexuais e pessoas solteiras têm manifestado interesse em constituir ou aumentar a sua família através da adoção.

¹ A noção de “norma universal” tem por base a crença de que existiria um tipo de família ideal que deveria ser tomada como a norma, fora da qual todas as situações poderiam ser danosas ao desenvolvimento do indivíduo, prejudiciais à constituição de sua identidade. Dentro dessas famílias ditas “normais” os indivíduos constituiriam uma identidade que serviria de referência para todas as outras identidades.

Esta tendência de reversão positiva no cenário da adoção confirma o pensamento de Butler (citado por Silva, 2000):

A mesma repetibilidade que garante a eficácia dos atos performativos que reforçam as identidades existentes, pode significar também a possibilidade da interrupção das identidades hegemônicas. A repetição pode ser interrompida. A repetição pode ser questionada e contestada. É nessa interrupção que residem as possibilidades de instauração de identidades que não representam simplesmente a reprodução das relações de poder existentes (p.95).

Atualmente, a adoção já não é vista como uma filiação de segunda categoria ou apenas como o último recurso de que casais estéreis lançam mão quando não podem ter filhos pelas vias biológicas. A adoção hoje é definida como uma outra possibilidade de se constituir família, a qual pode trazer resultados tão satisfatórios quanto a filiação biológica. Na verdade, como muito bem define Levinzon (2004) “toda filiação é, antes de tudo, uma adoção” (p.25). A adoção é a única possibilidade de se constituir uma verdadeira parentalidade e a única maneira de genitores tornarem-se pais.

Não obstante, existem especificidades do contexto adotivo que não podem ser perdidas de vista. A adoção segue uma trajetória própria e existem diferenças que precisam ser compreendidas, elaboradas, assumidas e integradas no processo como um todo. “A maior parte delas decorre do fato de que a criança chegou à família por um caminho diferente do usual. Além disso, existem dois casais parentais, o que não é o usual na nossa cultura, e, às vezes, é difícil de entender pela criança” (Levinzon, 2004, p. 25). Podemos afirmar que a adoção tem uma “identidade específica”, mas, ainda assim, como toda identidade, ela é “fabricada pela marcação da diferença”. Segundo Woodward (2000), “essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença” (p.39).

Para que as famílias adotivas possam construir dinâmicas mais favoráveis, é importante que as especificidades do processo adotivo sejam trabalhadas de forma profilática e preventiva. Os candidatos a pais precisam estar conscientes de que o filho a ser adotado terá outro casal como genitores e trará consigo uma história pré-adotiva que não poderá ser negada ou descartada, mas, para a saúde psíquica da

criança, precisará ser integrada à sua história de vida. Esta conscientização, muitas vezes, é dificultada por processos de negação vinculados a questões inconscientes dos adotantes.

A experiência psicológica da infertilidade caracteriza-se por um sofrimento acentuado, exigindo dos casais uma redefinição de sua identidade como indivíduos e como parceiros. Existe uma dolorosa sensação de perda, associada a sentimentos de inadequação, tristeza, decepção e fracasso. É imprescindível que os futuros pais, antes de decidirem-se pela adoção, possam trabalhar as suas questões inconscientes e assimilar as especificidades do processo adotivo em espaços adequados, onde as diferenças possam ser elaboradas e, assim, integradas na constituição de sua identidade parental. É preciso, principalmente, que os pais adotivos compreendam que a diferença não é um produto da natureza, ela é socialmente construída e, como tal, estará sempre permeada por relações de poder. Ela será sempre valorada como boa ou ruim, normal ou anormal, e somos nós que atribuímos esses valores. Somente desse modo será possível implicá-los em um movimento de transformação da identidade social de pais adotivos.

OS ADOTANTES

Na maioria das vezes, a família adotiva é estabelecida a partir do encontro de dois sofrimentos: a perda dos laços primários de uma criança – que passa a fazer parte de uma outra família, cujo papel será ajudá-la a crescer como filho e como pessoa; e a desilusão de um casal diante de sua esterilidade biológica – que precisa abrir-se a uma parentalidade afetiva e acolher um filho nascido de outros. Nessa perspectiva, a adoção tem dupla finalidade: permitir que a criança encontre uma nova família e um ambiente satisfatório para o seu desenvolvimento e possibilitar aos pais o exercício da paternidade.

As pessoas recorrem à adoção pelos motivos mais diversos. Levinzon (2004) cita as seguintes razões, relatadas por pais, a partir de sua experiência clínica: a esterilidade de um ou ambos os pais; a morte anterior de um filho; o desejo de ter filhos quando já se passou da idade em que isto é possível biologicamente; as idéias filantrópicas; o contato com uma criança que desperta o desejo da maternidade ou paternidade; o parentesco com os pais biológicos que não possuem condições de cuidar da criança; o anseio de ser pais, por parte de homens e mulheres que não possuem um parceiro amoroso; o desejo de ter filhos sem ter de passar por um processo de gravidez, por medo deste

processo ou até por razões estéticas. Schettini (1998) acrescenta ainda o desejo de ter companhia na velhice; o medo da solidão; o preenchimento de um vazio existencial; a tentativa de salvar um casamento; a possibilidade de escolher o sexo da criança.

Para a maioria dos pais adotivos, entretanto, a idéia da adoção nasce da necessidade de reparar um transtorno biológico que impediu que os filhos desejados fossem gerados pelas vias naturais. Desta forma, a partir da frustração na tentativa de ter filhos, começa-se a pensar na possibilidade de suprir a lacuna da maternidade-paternidade, valendo-se da capacidade de outras pessoas de procriar, a fim de, através da adoção, ter seus próprios filhos (Schettini, 1998).

Hamad (2002) afirma ser imprescindível cada cônjuge avaliar a sua posição com relação ao projeto de adoção, pois, muitas vezes, há uma diferença na demanda de criança entre a mulher e o homem. Algumas vezes, o homem concorda com a adoção por amor ou por bondade, sem estar pessoalmente investido desse desejo. Enquanto a mulher deseja dar a seu marido o filho que não pode ter biologicamente, o homem o aceita para evitar que a mulher sofra devido a esta impossibilidade.

Segundo as formulações psicanalíticas, a dinâmica inconsciente quanto ao desejo de filho é diferente para homens e mulheres em virtude de suas diferentes posições no conflito edípico. Em relação à mulher, a chegada do filho vem ocupar um lugar que estava vazio no seu imaginário, vem preencher uma falta. Quando a mulher consegue tornar-se mãe, evidencia a realização de um desejo infantil (Freud, 1933/1976). Mannoni (1985) refere que o desejo de filho remonta a um passado arcaico, em que o mesmo representa para a mãe uma oportunidade de recompensa, de reparação afetiva daquilo não vivido, ou tido como insuficiente na própria infância, ou ainda, uma possibilidade de reeditar, prolongar as vivências boas de sua própria infância perdida. No caso dos homens, a sua virilidade é confirmada pela fertilidade, ou seja, pela procriação. Culturalmente, a gravidez feminina confirma a potência masculina, o que significa que o homem se sente cobrado socialmente a justificar a sua masculinidade. Neste sentido, a paternidade significa muito mais que a realização de um desejo: é a concretização da virilidade e da potência masculina. Por outro lado, o homem projeta no filho a sua continuação, a continuação da linhagem e do patrimônio genético. “O que ele prioriza se situa mais do lado da transmissão genética” (Hamad, 2002, p. 77).

No entendimento de Hamad (2002), a acolhida de uma criança, filho biológico ou não, tem uma

ressonância diferente para a mulher e para o homem, mesmo que, intencionalmente, conscientemente, os dois assegurem que têm um projeto em comum.

Ainda que consideremos essas interpretações do desejo por um filho excessivamente carregadas de conteúdos deterministas relacionados a cada sexo, não há dúvida de que, apesar de o casal comumente afirmar que pensa junto e quer o filho de igual forma, ambos são regidos pela dinâmica de seu inconsciente. Cada parceiro tem a sua história singular, seus desejos e fantasias em relação ao filho que é esperado.

No caso de casais com problemas de infertilidade, há a necessidade de trabalharem o luto do filho biológico que não pode nascer. A elaboração desse luto é diferente para cada um dos parceiros, de acordo com a singularidade de seus desejos. Em ambos os casos, assumir a infertilidade é uma experiência potencialmente estressante, que origina uma sobrecarga psicológica muito elevada para o casal, existindo casos em que pode mesmo haver a ruptura da relação.

É comum os casais inférteis sentirem-se discriminados socialmente por não poderem gerar filhos, percebendo-se diferentes daqueles que o conseguem. A necessidade de similitude é inerente ao ser humano e é compreensível o desejo de neutralizar o desconforto da diferença. Entretanto, a opção pela adoção deverá ser uma decisão pessoal refletida e amadurecida, que não tenha por objetivo satisfazer pressões sociais e familiares. “O desejo de ter uma criança deve ser em função da necessidade natural de procriar, de se superar na vida e de poder manifestar o instinto maternal e paternal” (Morales, 2004, p. 196).

Morales (2004) refere ter encontrado vários casos na sua prática clínica, num comitê de adoção, em que o casal procurava inconscientemente a adoção como método de solução para a infertilidade. Segundo o autor, esse tipo de casal não estaria apto para exercer a paternidade, pois ofereceria ao filho uma situação de inexistência psíquica. A criança seria unicamente desejada para resolver um problema psíquico do casal, o que desembocaria, certamente, em dificuldades ao longo do seu processo educativo.

Segundo D’Andrea (2002), a aceitação da própria incapacidade de procriar implica uma redefinição da identidade pessoal, da relação de casal, do projeto conjugal e das relações com a família ampliada. De acordo com o autor, se “assumir a diferença” das especificidades do processo adotivo é a primeira condição para configurar-se a opção pela adoção, o primeiro passo do percurso de um casal no caminho da adoção é assumir a “própria” diferença, ou seja, a condição de sua impossibilidade de procriar. Assumir

essa diferença não significa atribuir a ela valores nem positivos nem negativos; não significa patologizar essa diferença, mas reconhecê-la como um limite ao qual estão submetidos enquanto sujeitos. Trata-se, porém, de um limite que não os impossibilita de amar uma criança e cuidar dela como pais. Ao assumir a esterilidade, os candidatos a pais precisam renunciar ao filho natural e abandonar as fantasias que sobre ele projetaram, reconstruir um pacto afetivo com o seu parceiro, escolhendo voluntariamente cuidar de um filho nascido de outros. Por outro lado, é necessário envolver o sistema familiar ampliado na reorganização da vida, reconstruindo um clima afetivo de acolhimento para a criança que será adotada. “Esses são alguns compromissos essenciais que permitirão ao casal transformar a ‘falta’, o ‘vazio’ do luto pela esterilidade em desejo de realizar o trabalhoso projeto de uma ‘procriação afetiva’” (D’Andrea, 2002, p.238).

O TEMPO DE ESPERA E A GESTAÇÃO PSICOLÓGICA

O período da gestação oferece uma oportunidade para os pais irem se constituindo na nova identidade: a de pai e a de mãe. “A parentalidade é a capacidade psicológica de exercer a função parental, ou seja, ter a competência de ser pai ou mãe suficientemente bons para seus filhos” (Morales, 2004, p. 195). Ser um pai ou uma mãe suficientemente bons é construído previamente ao ato de tornarmo-nos pais, por pressupostos culturais partilhados, em particular sobre o que se espera de um “bom pai” ou de uma “boa mãe” (Woodward, 2000). Na adoção, entretanto, a constituição da identidade parental demanda do casal um processo de identificação com os novos atributos através de uma gestação psicológica. Nesse momento, o conceito de subjetividade nos ajuda a compreender todo esse processo, pois permite explorar os sentimentos que estão envolvidos na produção da identidade de pais adotivos e que levam o casal a fazer um investimento pessoal nessas posições específicas de sujeitos: pai e mãe.

Subjetividade sugere a compreensão que temos sobre o nosso eu. O termo envolve os pensamentos e as emoções conscientes e inconscientes que constituem nossas concepções sobre ‘quem nós somos’. A subjetividade envolve nossos sentimentos e pensamentos mais pessoais. Entretanto, nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós

mesmos e no qual nós adotamos uma identidade (Woodward, 2000, p. 55).

Podemos definir identidade com base em diferentes vertentes epistemológicas. Neste trabalho, tomaremos a noção de identidade defendida pela perspectiva dos estudos culturais. Silva (2000) afirma que

(...) a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas (...) está ligada a sistemas de representação (p.97-98).

Quando se trata da adoção, tornamo-nos agudamente conscientes das representações sociais que constituem as identidades parentais aceitáveis do ponto de vista social. Como um bom pai e uma boa mãe devem ser, comportar-se, sentir, tudo isso está muito “claro”, e o casal que se propõe a adotar uma criança vai ser minuciosamente avaliado em cada um desses aspectos. Por outro lado, o próprio casal desejará corresponder a essas expectativas, e isso pode dificultar a construção do espaço que esse filho vai ocupar em suas vidas (Woodward, 2000).

D’Andrea (2002) destaca que uma das primeiras dificuldades com as quais os casais adotantes se deparam é a reconstrução do espaço mental para o filho que virá, no momento em que se prefigura uma imagem dele. Isso é um exercício bastante difícil para esses casais, pois nada sabem desse filho, nem a respeito de suas características físicas, nem de sua história. “Dar novamente vida às fantasias, ao desejo e às aspirações, permite ao casal reconstruir aquele espaço de intimidade, encontro e projeto de vida que o obstáculo da esterilidade havia congelado” (D’Andrea, 2002, p. 238).

Aos aspectos predominantemente psíquicos, salientados pelo autor, juntam-se as dificuldades de ordem psicossocial. Porém, é importante salientar que os fatores sociais podem explicar uma construção particular de parentalidade, em cada momento histórico, mas não explicam qual o investimento que os indivíduos fazem em posições particulares e os apegos que eles desenvolvem por essas posições (Woodward, 2000).

Para Dolto (1981) “Um ser humano, desde a sua vida pré-natal, já está marcado pela maneira como é esperado, pelo que representa, em seguida, pela sua existência real diante das projeções inconscientes dos pais” (p.13). Isto também está presente na “gestação

psíquica” dos pais adotivos, no tempo de espera pelo filho a ser adotado. Tudo o que é dito, sonhado e imaginado sobre o filho adotivo será determinante na constituição de sua subjetividade.

Os pais, adotivos ou não, são os que mais contribuem para a formação da identidade da criança. São eles que vão construir, junto com ela, uma infinidade de sentidos das experiências que viverão ao longo da vida. Esses sentidos são todos possíveis dentro do contexto sociocultural que os circunda e serão usados na constituição de suas subjetividades.

Os adotantes vivem a fase da espera com uma tensão carregada de expectativas, preocupações e esperanças. A maneira como esses sentimentos serão vividos e enfrentados será relevante para a construção de atitudes flexíveis e acolhedoras, ou defensivas e de evitação, em relação à escolha efetuada.

A adoção, quando desejada por cada um dos elementos de um casal, põe no mesmo plano mãe e pai, pelo fato de que os dois esperam o filho da mesma forma, estando, assim, em igualdade de condições. O pai se sente mais participativo no processo, pois também pode gestar emocionalmente o seu filho. Essa gestação emocional também ocorre na gravidez biológica, mas nesta, o fato de o filho ser gerado no corpo da mãe coloca a mulher numa situação privilegiada em relação ao homem no que diz respeito ao filho.

É de essencial importância que os candidatos a pais tenham a oportunidade de receber suporte psicológico ao longo de todo o tempo de espera do filho. “Grávidos emocionalmente”, necessitam ser tratados como tais, recebendo assessoria profissional que os oriente num processo claro e gradativo de enfrentamento dos medos e angústias vivenciados durante este período. O acompanhamento psicológico também contribuirá para que os futuros pais consigam distinguir as suas reais motivações conscientes e inconscientes para a adoção, discernindo-as daquelas que poderiam ser consideradas inconsistentes e insuficientes, e constituir-se, no futuro, numa situação de risco.

A prática clínica demonstra que o trabalho de preparo com os candidatos à adoção possibilita que eles flexibilizem as suas exigências quanto às características da criança fantasiada como filho, para que elas sejam o mais “maleáveis” possível, permitindo uma superposição da criança real. Quanto mais os futuros pais estiverem conscientes da possibilidade de haver diferença na criança que esperam e dos desafios específicos apresentados pela adoção, mais estarão preparados para conviver com a criança de acordo com a sua especificidade (Levinzon,

2004). Quanto mais eles tiverem consciência de que podem exercer um papel ativo na construção do lugar que desejam destinar a essa criança, não só na família, mas no mundo, melhores pais adotivos poderão ser.

Diniz (2001) salienta que se a decisão da adoção não houver sido assumida com profundidade e incondicionalmente, os adotantes, com frequência, tenderão a comparar o “filho real” com o filho que tinham imaginado e a considerar que os insucessos desse plano “tão altruísta” que haviam construído se devem às insuficiências, defeitos ou mesmo ingratidão do filho adotado.

Durante o tempo de espera, a participação em grupos de pais adotivos pode também ser muito enriquecedora e contribuir para a prevenção de dificuldades e alívio da ansiedade, tão comuns ao processo de adoção. Assim, os pais adotivos vão construindo uma identificação, ou seja, identificam-se nas suas dificuldades, trocam experiências entre si e compartilham conhecimentos. Conforme Hall (2000),

A identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal. É em cima dessa fundação que ocorre o natural fechamento que forma a base da solidariedade e da fidelidade do grupo em questão (p.106).

Outro aspecto a ser considerado é que a legislação determina a obrigatoriedade de os adotantes serem previamente “avaliados”, o que acontece durante o processo de habilitação para adoção, que é levado a efeito junto às equipes das varas de família dos juizados da infância.

Paiva (2004) pondera que o fato de os pretendentes à adoção sentirem-se inseridos num processo avaliativo pode propiciar ausência de espontaneidade e tendência a um discurso pautado nas convenções sociais ou em elementos que, segundo suas crenças, poderão ser valorizadas no parecer judicial. A esse respeito, Jackie Kay, poetisa negra, citada por Woodward (2000), descreve, em um poema, sua experiência ao tentar adotar uma criança e as preparações que realiza com a finalidade de se apresentar sob o ângulo mais favorável possível à assistente social que a visitaria em sua casa, de modo a superar a ansiedade sobre a possibilidade de não ser vista como o tipo certo de mãe: “Droga, eu tinha gasto toda a manhã tentando fazer com que parecesse uma casa comum, uma casa adorável para o bebê...” (p.56) Essa situação de temor e ansiedade pode se alterar, dependendo do vínculo que se estabeleça entre o

profissional de psicologia e os pretendentes, e ceder lugar a um contato mais franco e revelador dos significados conscientes e inconscientes.

Segundo a autora, há, no processo de adoção, a possibilidade de uma intervenção profilática, se considerarmos que a filiação adotiva impõe riscos quando não se levam em conta as singularidades dos pretendentes a pais. Com isso, não se estaria sugerindo a idéia de um modelo ideal de pais adotivos, mas enfatizando que determinados conteúdos ou dinâmicas de funcionamento psíquico podem indicar que dificilmente alguns pretendentes se tornariam “bons pais”.

Muitos casais vivenciam um processo penoso e lento para resolver o conflito da infertilidade, chegando ao extremo de não conseguirem resolvê-lo de fato. Por outro lado, há casais que conseguem superar esta crise de forma saudável, principalmente quando existe um verdadeiro e amadurecido desejo pela maternidade. No nosso entendimento, o fato de ser bons ou maus pais não depende da condição de ser pais biológicos ou adotivos, mas da motivação subjacente ao desejo de paternidade e maternidade.

A ORIGEM BIOLÓGICA

O desejo de adotar um recém-nascido, na maioria das vezes, encerra a expectativa de que assim o filho se apegará mais facilmente, pois não terá uma história prévia de eventuais sofrimentos, como frequentemente acontece nas adoções tardias (crianças maiores de dois anos de idade). A maioria dos candidatos a pais com os quais convivemos na clínica e em grupos de apoio à adoção relutam em aceitar a adoção de crianças maiores, por temerem seus traumas anteriores, decorrentes de sua vivência em instituições de acolhimento ou no contato com as famílias biológicas. Eles receiam que essas crianças possam ter dificuldades de estabelecer vínculos com uma nova família e desligar-se da história anterior.

D’Andrea (2002) pontua que o desejo de ter uma criança “des-historificada”, sem passado, muitas vezes esconde o medo do casal de se defrontar com a história e o medo de que a família natural do filho influencie negativamente a relação futura. A adoção realizada em locais distantes pode ser vista pelo casal como uma espécie de atalho e uma solução para exorcizar esse medo, na esperança de poder “libertar-se” do passado da criança através da distância.

A história da vida passada da criança representa uma parte peculiar de sua identidade, que não pode ser anulada, mas que o filho adotado necessita que seja aceita e integrada à sua nova ligação afetiva. “Essa

redescoberta do passado é parte do processo de construção da identidade” (Woodward, 2000, p. 12).

É importante que o casal adotante consiga estabelecer uma convivência imaginária com a família biológica. Contudo, somente se puder fugir de uma lógica de oposição e competição (família “boa” x família “má”) ou de evitação e rejeição (medo do retorno, ameaças de reapropriação, sentimento de ter roubado o filho, etc.) ele saberá aceitar serenamente a dupla filiação do filho (D’Andrea, 2002).

Dessa forma, os pais adotivos viverão seu projeto afetivo como integrado ao biológico e, por outro lado, estarão em condições de acompanhar o filho no terreno do passado para recuperar cultura, lembranças e emoções que a ele pertencem. “Uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos (...) buscando-os no passado, embora, ao fazê-lo, eles possam estar realmente produzindo novas identidades” (Woodward, 2000, p.11). A construção da nova identidade se dará através de conflito, contestação e uma possível crise. Cada criança que chega ao mundo carrega uma herança, e não se pode fazer dela tábula rasa; mas aquilo que vai ser buscado no passado e reafirmar a história dessa criança pode nos dizer mais sobre a nova identidade de filho adotivo que ela vai assumir do que sobre esse suposto passado.

Assim, a família biológica precisa perder o significado de fantasma persecutório e reconquistar aquele espaço de visibilidade necessário para ser integrada à experiência adotiva. Calar ou desestimular a curiosidade do filho alimentará a construção de áreas secretas. Tacitamente se estabelecerão os temas a serem evitados e será criado um contexto relacional colusivo e de evitação, que limitará os espaços da filiação recíproca. Segundo D’Andrea (2002), se prevalecer a dinâmica “competitiva”, o filho ou a filha poderão sentir-se no meio de duas famílias, como reféns entre o biológico e o afetivo, entre o passado e o presente.

Se, ao contrário, os pais adotivos, ao construírem um novo vínculo, ajudarem o próprio filho a integrar a família biológica, reconhecendo o seu valor como parte inicial, indispensável de sua vida, então a filiação dupla poderá ser vivida de maneira integrada. Uma relação com essas características não verá como um problema o fato de comunicar ao filho sua origem, porque a considerará uma “etapa natural” na construção do vínculo adotivo (D’Andrea, 2002).

É na medida em que o luto da esterilidade é elaborado que a adoção pode ser contada como qualquer história de criança criada numa relação

normal com seus pais. Desta forma, o que chamamos revelação da história da criança no campo da adoção perde sua razão de ser. Não há revelação; há uma história que é vivida, que é construída, que se conta no dia-a-dia à medida que acontece (D'Andrea, 2002).

Na situação oposta, caso os pais não tiverem elaborado o luto da gravidez biológica, falar da origem do filho não só representará a explicitação de questões não resolvidas do casal, mas também colocará em dúvida o seu posicionamento frente à criança, à identidade dela e ao seu próprio papel enquanto pais. A tendência é, com o passar do tempo, assumir cada vez mais o caráter de “revelação”, carregando o evento de muita ansiedade e angústia, seja em relação ao fato de quando e como deverá acontecer, seja por medo de que a criança deixe de gostar dos pais ao saber da verdade por outros (D'Andrea, 2002).

Outra dificuldade importante é o medo que, mais ou menos explicitamente, nutre a maior parte dos adotantes, de que a criança possa ter uma hereditariedade patológica. Toda família tem uma carga genética e nela estão presentes, “bons” e “maus” genes. Essa preocupação exacerbada pode refletir a crença narcísica de que a sua hereditariedade é melhor que a dos outros. Quando esse medo se remete ao estado de saúde dos pais naturais, às suas condições de vida, entre outros aspectos, em certa medida, pode ser compreensível; mas quando se manifesta de forma extrema, muitas vezes expressa a angústia do casal de não poder reconhecer no filho real “aquilo que imaginaram e esperavam, tornando-se um estranho, uma espécie de objeto mau, com possível ativação da rejeição” (D'Andrea, 2002, p. 241). A flexibilidade ou a rigidez com que os medos são enfrentados permitirão ao casal viver essa escolha ou como um elemento de renascimento e de vitalidade, ou como uma pseudo-reparação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na última década, tem se evidenciado a tentativa de se consolidar um movimento em prol de uma nova cultura de adoção que priorize a criança e assegure o cumprimento dos regimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), garantindo a todas as crianças institucionalizadas o direito à convivência familiar e comunitária. Nesse sentido, é nosso entendimento ser de fundamental importância o esclarecimento dos aspectos psicossociais que revestem o processo adotivo, especificamente em relação aos pais adotivos.

Ao finalizarmos estas reflexões, é necessário destacar que, certamente, não tivemos a pretensão de esgotar o assunto. Acreditamos que, sob as luzes de uma nova cultura de adoção, o novo paradigma deverá ser apregoadado com critério e bom senso. Há que se ter cautela para não escamotear as diferenças e não atropelar as especificidades do processo adotivo, que pode ser muito compensador, caso essas diferenças sejam trabalhadas adequadamente.

Se a adoção é um dos caminhos possíveis para se constituir uma família, é preciso que se dê maior atenção aos candidatos a pais, pois neste ato estão implicadas várias razões subjetivas que nem sempre acompanham as razões objetivas.

A prática da adoção de crianças não pode estar associada a um caráter assistencial ou filantrópico, tampouco servir a fins egoístas para suprir faltas subjetivas dos adotantes. É necessário interrogar sobre o lugar que a criança ocupará na economia psíquica dos pais e que tipo de filiação irá se estabelecer. Este questionamento é fundamental, pois, dependendo do lugar que se reserve à criança, poderão advir consequências desastrosas do ponto de vista psicológico.

A relação filial se organiza a partir da relação parental, e neste sentido, as atitudes e a compreensão dos pais em relação às suas dinâmicas psicológicas são de fundamental importância. Se os pais adotivos conseguirem assimilar, integrar e elaborar as especificidades do processo adotivo, assumindo-se como “verdadeiros pais”, conseguirão desenvolver uma boa relação parental e um ambiente acolhedor para seus filhos. Assim, eles poderão perceber-se aceitos e compreendidos incondicionalmente nas suas diferenças e peculiaridades.

Uma das nossas preocupações tem sido justamente o preparo psicológico dos adotantes. A fase que antecede a adoção é bastante ansiogênica, pois os futuros pais têm que lidar com suas incertezas, fantasias, mitos e preconceitos e, ainda, elaborar os lutos e as perdas decorrentes da sua situação de esterilidade, em se tratando de casais com esta problemática. Um acompanhamento psicoterápico individualizado seria a melhor opção nesta fase, mas se este não for possível, a participação em grupos de apoio à adoção também é recomendável.

Por outro lado, há necessidade de preparar cada vez melhor os profissionais que lidam com os adotantes, no sentido de que disponibilizem um espaço para a escuta sensível e, ao mesmo tempo, sensata dos candidatos a pais. É importante salientar que a adoção é um processo e, assim, não devemos nos colocar diante dela como juízes nem como aqueles

que tudo sabem. Diante de cada caso para adoção, o profissional que o acompanhará terá muito a aprender, e seu papel principal será fazê-lo ajudando os candidatos a pais a descobrir suas reais motivações e desejos. Não cabe ditar normas: este vai ser bom pai, aquele não. Cabe, sim, disponibilizar aos possíveis pais os recursos de compreensão e de reelaboração de sua demanda. Acreditamos que um trabalho preventivo e profilático bem cuidadoso, anterior à adoção, possa facilitar todo o percurso das famílias adotivas e possibilitar um desenvolvimento mais saudável dos filhos adotados.

REFERÊNCIAS

- Braga, M. G. R. (2006). Mulher e maternidade contemporâneas: reflexões sobre a adoção. Em M.C.L.A. Amazonas, A.O. Lima & C.M.S.B Dias. *Mulher e família: diversos dizeres*. (pp. 43-62). São Paulo: Oficina do Livro.
- Brasil (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília.
- D'Andrea, A. (2002). O casal adotante. Em M. Andolfi (Org), *A crise do casal uma perspectiva sistêmico-relacional*. (pp.233-247). Porto Alegre: Artmed.
- Diniz, J. S. (2001). A adoção como vivência afetiva. Em F. Freire (Org), *Abandono e adoção: contribuições para uma cultura de adoção III*. (pp.67-76). Curitiba: Terra dos Homens.
- Dolto, F. (1981). *Como orientar seu filho*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Freud, S. (1976). *Feminilidade: novas conferências introdutórias sobre Psicanálise* (J. Salomão, Trad.). Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. (Vol. XXII, pp.139-165). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado 1932/1933)
- Hall, S. (2000). Quem precisa da identidade? Em T.T. Silva (Org), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. (pp.103-131). Petrópolis: Vozes.
- Hamad, N. (2002). *A criança adotiva e suas famílias*. Rio de Janeiro: Cia de Freud.
- Ladvoat, C. (2002). *Mitos e segredos sobre a origem da criança na família adotiva*. Rio de Janeiro: Booklink .
- Mannoni, M. (1985). *A criança retardada e a mãe*. São Paulo: Martins Fontes.
- Levinzon, G.K. (2004). *Adoção*. (Coleção Clínica Psicanalítica). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Morales, A.T. (2004). Os predicados da parentalidade adotiva. Em M.C. Silva (Org), *Ser pai, ser mãe, parentalidade: um desafio para o terceiro milênio*. (pp.195-201). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Paiva, L.D. (2004). *Adoção: significados e possibilidades*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Schettini, L. (1998). *Compreendendo o filho adotivo*. Recife: Bagaço.
- Silva, T.T. (2000). A produção social da identidade e da diferença. Em T.T. Silva (Org), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. (pp.73-102). Petrópolis: Vozes.
- Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. Em T.T. Silva (Org), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. (pp.7-72). Petrópolis: Vozes.

Recebido em 16/01/2006

Aceito em 05/06/2006

Endereço para correspondência: Suzana Sofia Moeller Schettini. Estrada das Ubaías, 419/1702, Casa Forte, CEP 52061-080, Recife-PE. E-mail: suavi@oi.com.br